



Chegada a hora do XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado e, junto dela, aumenta a expectativa de toda a classe por uma boa proposta do Governo de Minas para, definitivamente, dar o devido tratamento constitucional aos seus advogados. A partir do próximo dia 27, procuradores de todo o Brasil estarão em Belo Horizonte para acompanhar três dias de trabalhos de um dos maiores eventos jurídicos do Brasil. Todos se juntarão aos mineiros em um só coro pela virada da situação da carreira em Minas, já que o Estado ainda permanece entre os últimos no tratamento remuneratório aos seus procuradores. A escolha por Belo Horizonte para sediar o XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado, que acontece entre os dias 27 e 30 de setembro, no Hotel Mercure, se deu durante a última edição do evento, em 2010, quando os procuradores se mostraram preocupados com a situação em Minas Gerais. Entre a classe, há a expectativa de que o Governo apresente uma proposta de reajuste até a realização do Congresso, o que ficou demonstrado durante a última Assembleia, no dia 19 de agosto. A ANAPE enviou ofício ao governador, Antonio Anastasia, com pedido de esforços em prol da solução da crise remuneratória da carreira. Desde 1996, Minas Gerais não recebe o Congresso Nacional de Procuradores de Estado. **Leia mais nas páginas 3 e 4.**

Pela Advocacia Pública Mineira

Procuradores do Estado acreditam em proposta do Governo



Leia também

Bom exemplo

O procurador-geral do Estado de São Paulo, Elival da Silva Ramos é um dos palestrantes do XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado e concedeu breve entrevista ao *Res Publica*. Ele é integrante da carreira e está no cargo desde o início do mandato do governador, Geraldo Alckmin. Em suas respostas, o chefe da Procuradoria Paulista defendeu a equiparação da remuneração da classe à Magistratura e Ministério Público e ressaltou ser este o objetivo em São Paulo. **Leia mais na página 12**

Entrevista

O presidente da OAB Federal é um procurador de Estado. Formado em Direito em 1982, o paraense Ophir Cavalcante Júnior concedeu entrevista ao jornal *Res Publica*. Nome confirmado entre as autoridades presentes no XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado, o dirigente nacional da entidade da advocacia fala sobre a importância da função, preservação das prerrogativas da classe, remuneração e atuação da OAB em prol da advocacia pública brasileira. **Leia nas páginas 6 e 7**



JAIME NÁPOLES VILLELA, vice-presidente da APEMINAS

Palavra da Diretoria

Enfim, não é exagero tratar a realização do XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado, em Belo Horizonte, como um marco para advocacia pública estadual, notadamente a mineira

Aproxima-se o XXXVII Congresso Nacional de Procuradores Do Estado, que volta ser sediado em Minas Gerais, o que não acontecia desde 1996. Fruto de um esforço da APEMINAS, a vinda do congresso para Belo Horizonte foi iniciativa abraçada por apoios irrestritos: dos nossos associados que com a eleição da atual diretoria referendaram o projeto, uma das principais metas de campanha; dos colegas procuradores dos outros Estados da Federação que, por meio de suas respectivas associações, nos honraram com esmagadora votação na disputa para escolha da sede do próximo Congresso Nacional; da Direção da Advocacia-Geral do Estado, sendo o Sr. Advogado-Geral incentivador e parceiro de nossa ambição desde o primeiro momento; e do Governo do Estado de Minas Gerais, que cumprindo o compromisso assumido perante a ANAPE, emvidou todos esforços para que o Congresso se realizasse nos níveis em parâmetros que o público esperado merece.

Acima de tudo, a realização deste Congresso coroa um movimento de mobilização permanente que não só fez nacionalmente conhecida a realidade vivenciada pela advocacia pública mineira, como transformou a luta pela implementação do tratamento constitucional adequado para os Procuradores de Estado em Minas Gerais em bandeira da Associação Nacional de Procuradores do Estado.

Não se ignora que peculiaridades e conjunturas históricas e locais conspiraram para que a carreira ainda se encontre em patamar aquém do lhe é conferido pelas Constituições Federal e Estadual; nem deixamos de reconhecer que a situação já foi pior ainda recentemente.

Mas, inteirando-se quase uma década de contínua administração estadual, não se encon-

tram mais motivos que impeçam a solução definitiva para a insegurança remuneratória vivenciada pelos Procuradores do Estado de Minas Gerais, que além de estarem entre os advogados públicos estaduais pior remunerados do país, têm 2/3 de sua remuneração composta verbas não incorporáveis para quaisquer fins remuneratórios ou previdenciários.

Neste momento, a presença em Minas Gerais de procuradores do Estado de todo o Brasil, entre os quais representantes dos 23 estados que já gozam do tratamento constitucional adequado, vem muito a calhar. São provas vivas de que o que almejam os advogados públicos mineiros não é algo irrealizável, inalcançável ou inatingível. Não é uma utopia ou devaneio carreirista. É a realidade na esmagadora maioria dos Estados brasileiros, 20 deles em patamar econômico inferior ao de Minas Gerais.

O avanço vivenciado pela advocacia pública na última década é notável. De função essencial à justiça esquecida, hoje a advocacia pública já alcançou, na quase totalidade dos Estados brasileiros, a posição institucional e os consectários lógicos que as relevantes atribuições que desempenham impõem: remuneração no nível das demais carreiras de Estado, prerrogativas e condições de trabalho condizentes. E o mais importante: tudo isso foi alcançado em âmbito regional, cada governo estadual reconhecendo o valor e importância do seu corpo jurídico efetivo.

A contribuição científica de renomados juristas, nacionais e estrangeiros, para tratar do tema do Congresso "advocacia pública, eficiência administrativa e resultados sociais",

não poderia ser mais oportuna a fim de demonstrar como a concretização administrativamente eficiente dos resultados sociais que justificam a existência do Estado passa inexoravelmente por uma advocacia pública forte e estruturada, que não conviva com a insegurança remuneratória, com o constante êxodo de seus quadros para carreiras jurídicas melhor remuneradas, com a imensa perda de tempo de um procurador com tarefas periféricas e estranhas às suas atribuições.

Aliás, falar de eficiência é algo muito caro aos procuradores do estado de Minas Gerais. Poucos órgãos fariam ou fazem mais do que Advocacia-Geral de Minas Gerais faz com o pouco que tem. O aumento exponencial da demanda dos últimos anos, não só quantitativa (hoje a média é superior a 1,1 mil processos por procurador), mas também qualitativa (já não existe mais órgão judiciário ou ramo do direito em que não se envolva o Estado) tem sido supridos por um quadro decrescente, hoje defasado em quase 30%, o que não impediu que se atingissem níveis de excelência na defesa intransigente dos interesses públicos e na viabilização das políticas implementadas pelos últimos governos.

Enfim, não é exagero tratar a realização do XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado, em Belo Horizonte, como um marco para advocacia pública estadual, notadamente a mineira. A evolução recente da carreira, a presença de um colega no posto de Advogado-Geral, a participação efetiva de procuradores do Estado em cargos e funções de destaque da atual administração estadual, bem como o apoio do Governo de Minas Gerais ao Evento, só reforçam a nossa confiança de que é chegada a hora da solução definitiva da insegurança remuneratória que ainda marca nossa carreira.

Que venha o XXVII Congresso Nacional de Procuradores do Estado e, com ele, a consolidação dos novos tempos vivenciados pela advocacia pública, em beneplácito dos mais legítimos interesses daqueles que temos a função de defender: os cidadãos mineiros e seus interesses, geridos pelo Estado. Afinal, Minas Gerais merece.

Expediente

respublica

Presidente
João Lúcio Martins Pinto
Vice-presidente
Jaime Nápoles Villela
Tesoureiro
Geraldo Ildebrando de Andrade

Diretora de Secretária
Aline Guimarães Furlan
Diretora Social
Ilma Maria Correa Silva
Diretora de Relações
Institucionais
Liana Portilho Mattos
Diretor de Comunicação,
Ricardo Adriano Massara Brasileiro

Diretor representante
dos Aposentados
Gilvan de Pinho Tavares
Diretor de Convênios
Juarez Raposo de Oliveira
Diretor Jurídico
Alessandro Castelo Branco
Jornalista responsável
Júlio Anunciação - Mtb 10.341 JP

Projeto Gráfico e Diagramação
Marcelo Ramos
Tiragem: 4 mil exemplares

anunciato
COMUNICAÇÃO
www.anunciato.com

Hora da Virada

Congresso se aproxima e cresce confiança da classe por boa proposta do Governo



Procuradores do Estado reunidos durante a última Assembleia em Belo Horizonte

Um Congresso Nacional de Procuradores de Estado para ficar marcado na história da Advocacia Pública mineira como retomada do tratamento digno à classe em Minas Gerais. Esta é a expectativa da categoria com a realização deste evento, em Belo Horizonte, em sua 37ª edição, entre os dias 27 e 30 de setembro. Fato é que, após permanente período de mobilização e que ainda perdura, os procuradores mineiros esperam se despedir definitivamente da triste realidade remuneratória da carreira, entre as cinco piores do País. O tratamento constitucional adequado já é uma realidade na maioria dos estados brasileiros e, por uma questão da classe, representantes de todo o Brasil vem a Belo Horizonte para acompanhar não apenas um dos maiores eventos jurídicos nacionais, mas sim, um importante momento de valorização dos procuradores do Estado de Minas Gerais.

Em ofício enviado ao governador Antonio Anastasia, a Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais (APEMINAS) insistiu

que seja dada solução definitiva para a baixíssima remuneração dos procuradores do Estado, com a implementação de salário compatível às demais carreiras jurídicas, o que já acontece com as Procuradorias da grande maioria dos Estados Brasileiros. “Este foi o conteúdo da nossa proposta formalmente entregue ao governador, Antonio Augusto Anastasia, via ofício, com cópia para a Secretaria de Relações Institucionais. Esperamos a equiparação com os maiores estados do Brasil.”, afirma o presidente João Lúcio Martins Pinto.

A Associação Nacional dos Procuradores de Estado (ANAPE) também enviou ofício ao governador do Estado com manifestação de confiança na apresentação de uma boa proposta para a classe, já que o Executivo mineiro não respondeu outros reiterados e negados pedidos de audiência. Porém, a expectativa da classe é grande de que neste momento uma medida seja tomada pelo Governo. Segundo o ofício da ANAPE, assinado pelo presidente e procurador do Estado de Santa Catarina, Juliano Dos-

seno, é destacado que Minas Gerais encontra-se em patamar bem inferior num quadro comparativo às demais unidades da federação e que o tratamento constitucional adequado já é realidade em quase todo o Brasil.

Ainda no texto do ofício, Dossena ressalta esperar que, desta feita, haja resposta por parte do Executivo, já que outro documento havia sido protocolado em junho deste ano, sem retorno. Por fim, a entidade solicita uma audiência com o governador Anastasia e frisa esperar que a situação remuneratória dos procuradores do Estado de Minas Gerais seja questão resolvida até a realização do XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado.

De acordo com o presidente da APEMINAS, João Lúcio Martins Pinto, o Estado deve valorizar de uma vez por todas os procuradores de Estado pela fundamental atividade realizada por estes profissionais, na defesa do patrimônio público, no controle de legalidade dos atos dos governantes e na garantia da boa destinação dos recur-

sos públicos. “Nossa mobilização está cada vez mais forte e acredito que a partir do Congresso poderemos noticiar a conquista do tratamento constitucional adequado. Não é razoável que um dos maiores Estados brasileiros esteja entre os piores no tratamento remuneratório à nossa classe”, diz.

A grave situação da Procuradoria em Minas Gerais não somente pesou na escolha por Belo Horizonte para sediar o Congresso em 2011, como causa estranheza entre os pares de outros Estados. Para o presidente da Associação dos Procuradores do Estado da Bahia, APEB, Cláudio Cairo Gonçalves é lamentável e insustentável que esta situação perdue até o momento. “Estivemos em Minas Gerais em março de 2009, falando do êxito da campanha da Bahia pela readequação remuneratória, e já naquele momento, verifiquei as dificuldades enfrentadas pelos procuradores do Estado de Minas Gerais”, frisa. Ainda segundo ele, a ANAPE decidiu que o seu Congresso em 2011 seria em Belo Horizonte para sensibilizar o Governo de Minas Gerais. “Espero que esta

situação se resolva de uma vez por todas, pois senão, serei daqueles que irão propor, no Congresso, o abraço ao Palácio da Liberdade, em repúdio ao tratamento concedido”, conclui. Na Bahia, a sede própria e única da PGE está sendo construída, com projeto de modernização tecnológica.

Outro Estado que já possui tratamento remuneratório condizente com a importância da classe é o Rio de Janeiro. Segundo o presidente da Associação dos Procuradores (APERJ), Rafael Rolim, não há justificativa plausível para o tratamento diferenciado entre as carreiras essenciais à Justiça e com o passar dos anos, praticamente todos os Estados da federação perceberam a importância da valorização das Procuradorias, tanto na sua representação judicial, como no controle interno de legalidade dos atos administrativos. “Há alguns anos, a APERJ organizou um painel sob o título *Há quem interessa o enfraquecimento da advocacia pública?*, no qual foram discutidas as razões pelas quais, em meados de 2004, os Estados ainda manti-

nam um tratamento diferenciado entre as carreiras jurídicas. Porém, causa estranheza que um Estado como Minas Gerais ainda esteja nessa situação. A pergunta se repete: Há quem interessa o enfraquecimento da advocacia pública?”, pondera.

Em 2009, durante reunião do Colégio da ANAPE, em Belo Horizonte, foi assinada por todos os presidentes de Associações presentes ao evento, uma nota de apoio aos procuradores mineiros com o pedido de providências por parte do Governo. Esse manifesto foi encartado no jornal *Res Publica* àquela época, ainda durante o mandato do agora senador Aécio Neves.

Otimismo

A confiança de que o governador Anastasia apresente proposta até a realização do Congresso Nacional de Procuradores de Estado também é presente entre os presidentes de outras Associações. Todos esperançosos de que esta realidade seja parte do passado até o dia 27 de setembro, ao menos com o encaminhamento de

proposta para apreciação do Legislativo. Segundo a presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Goiás, Valentina Jungmann, existe otimismo de que, por ocasião do Congresso, se possa comemorar as conquistas obtidas pelos colegas mineiros. “Espera-se o cumprimento do tratamento remuneratório constitucional adequado aos procuradores do Estado de Minas Gerais, como meio de valorizar a carreira e até como forma de evitar a grande evasão dos quadros da Advocacia Geral do Estado, que tem perdido profissionais de elevado nível técnico para outras carreiras jurídicas”.

Para a dirigente da Associação goiana, há confiança de que o governador Antonio Anastasia, transforme essa realidade. “Como professor e mestre em Direito Administrativo, é sabedor de que, ao investir na estruturação da advocacia pública, estará investindo na cidadania e na diminuição da litigiosidade, na legalidade e no seu controle, na arrecadação e na economia aos cofres públicos”, frisa.

Ainda segundo ela, das Alterosas saíram novas formas de entender o direito e a liberdade e que essa importância destoa do tratamento concedido aos procuradores do Estado. “É a terceira economia do Brasil, mantendo, já há alguns anos, equilíbrio orçamentário. Possui mais de 20 milhões de habitantes, dos quais 9,96 milhões são economicamente ativos. Esses dados confirmam a grandiosidade e o nível de desenvolvimento do Estado que recebe o XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado, mas conflitam com o tratamento remuneratório que vem sendo dispensado aos seus procuradores, já que ainda não foi adotada uma política remuneratória digna à função”, considera.

A ANAPE realizará, durante o XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado, uma Assembleia para debater assuntos importantes para a advocacia pública brasileira. O evento promete reunir representantes de todo o país.

Res Publica completa três anos em 2011

A mobilização dos procuradores do Estado de Minas Gerais cresceu após a instalação do Movimento Permanente em Busca do Resgate da Dignidade da Advocacia Pública Mineira, ainda na gestão do ex-presidente da APEMINAS, Gustavo Chaves Carreira Machado, quando João Lúcio era vice-presidente. Nesta ocasião, foram criadas cinco comissões, a de Mobilização, das Ações Judiciais, de Publicidade e Propaganda, Defesa das Prerrogativas e da Assembleia Legislativa. Estas atuam em busca do tratamento remuneratório digno para a classe de procuradores.

Marco do início do processo de mobilização da classe, o jornal *Res Publica* traz notícias acerca das reivindicações da classe e entrevistas com importantes figuras dos Três Poderes fundamentadas em sua maioria na questão principal que envolve



a classe desde então. A primeira edição foi lançada em novembro de 2008 e agora o informativo completa três anos de existência. “Pode ser uma coincidência muito boa. A edição de aniversário do jornal da Associação trazer como manchete a adequação

remuneratória dos procuradores do Estado de Minas Gerais às outras unidades da Federação. É nisso que confiamos”, ressalta João Lúcio.

Outra frente de mobilização foram as campanhas publicitárias realizadas até então. Nes-

tas, outdoors, cartazes em trailers de ônibus e anúncios em rádios destacaram a fundamental importância dos procuradores de Estado e a necessidade imediata de valorização desta classe.

Segundo o vice-presidente da APEMINAS, Jaime Nápoles Villela, as ações de mobilização seguiram sempre um bom nível e de tentativas reiteradas de diálogo com o Governo. “Este jornal se caracterizou por ser porta-voz na luta pela dignidade da advocacia pública mineira e, sob a inspiração da atuação profissional de nossos associados, jamais esmorecerá na defesa intransigente do verdadeiro interesse público. Não lutamos por regalias ou privilégios, mas apenas pela segurança decorrente da remuneração e prerrogativas condizentes com a natureza do cargo que exercemos”, diz.

Em foco



O presidente da APEMINAS, João Lúcio Martins Pinto esteve em Brasília, no último dia 17 de agosto, para o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública. Mais de 230 parlamentares integram o grupo que será coordenado pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP). “A advocacia pública é hoje uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento do País. Nada mais legítimo que o lançamento de uma frente parlamentar para lutar em prol do seu fortalecimento”, justificou Rebelo. Ainda na capital do Brasil, João Lúcio se encontrou com presidentes de outras Associações Estaduais de Procuradores de Estado e se reuniu com o senador por Minas Gerais, Zezé Perrela (foto). A Frente tem apoio das três principais entidades da advocacia pública: União dos Advogados Públicos Federais do Brasil (Unafe), Associação Nacional dos Procuradores do Estado (Anape) e Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM). Na foto estão o presidente da ANAPE, Juliano Dossena, João Lúcio, Zezé Perrela e os representantes das Associações do Rio Grande do Sul, Fabiana Barth e do Paraná, Fábio Esmanhotto.

O advogado-geral do Estado, Marco Antônio Romanelli recebeu, no último dia 11 de agosto, o diploma de Honra ao Mérito, por solicitação do vereador e advogado, Sérgio Fernando Pinho Tavares, em solenidade na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Estiveram presentes o presidente da APEMINAS, João Lúcio Martins Pinto, o vice, Jaime Nápoles Villela e o representante dos aposentados, Gilvan Pinho Tavares. Também compareceu o presidente da Associação dos Procuradores Municipais de Belo Horizonte (APROMBH), Luiz Fernando Valladão Nogueira. O homenageado sucedeu o então AGE, José Bonifácio Andrada e a sua nomeação agradeceu a classe de procuradores do Estado, pois, se posiciona pela obrigatoriedade da indicação de um integrante da carreira, como é o caso de Romanelli. A congratulação da Câmara Municipal de Belo Horizonte é dedicada àqueles que prestam relevantes serviços à sociedade belorizontina.



O presidente da APEMINAS, João Lúcio Martins Pinto esteve, no dia 5 de agosto, no lançamento do livro “Acordo de Acionista – Homenagem a Celso Barbi Filho”, de autoria do professor Modesto Carvalhosa, na sede da OAB/MG, em Belo Horizonte. Esta obra foi dedicada ao ex-procurador do Estado e que também atuou como sócio do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG), falecido precocemente aos 35 anos, em 2001. Durante o evento, que foi parte do Congresso de Direito Societário promovido pela entidade da advocacia mineira, João Lúcio fez pronunciamento em homenagem a Celso Barbi Filho e entregou uma placa à mãe, Maria Carmem Barbi e ao irmão, Otávio Vieira Barbi. A obra é a segunda publicação do professor Modesto sobre o assunto. A primeira, em 1985, tornou-se um clássico, conhecido por todos os especialistas da área. O motivo da nova abordagem sobre a questão é a profunda admiração e consideração que Carvalhosa tem pelo amigo, Celso Barbi Filho.

Entrevista: presidente da OAB Federal, Ophir Cavalcante Júnior

“O evento em Minas Gerais será um marco na história”

O presidente da OAB Federal é um procurador de Estado. Formado em Direito em 1982, o paraense Ophir Cavalcante Júnior concedeu entrevista ao jornal *Res Publica*. Nome confirmado entre as autoridades presentes no XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado, em Belo Horizonte, é integrante da classe desde 1988. Em suas respostas, o dirigente nacional da entidade da advocacia fala sobre a importância da função, preservação das prerrogativas da classe, remuneração e atuação da OAB em prol da advocacia pública brasileira. Segundo ele, a realização do Congresso na capital mineira representa um marco para a carreira. “Tenho certeza que o evento em Minas será um marco na história da advocacia pública mineira, sendo o ponto de partida à valorização, pelo Estado, do trabalho desenvolvido pelos Procuradores”, disse.

Ophir falou ainda sobre as Propostas de Emenda à Constituição 443 e 452, que tratam da fixação da remuneração da advocacia pública em nível nacional e da autonomia das Procuradorias Gerais de Estado. De acordo com o presidente, a entidade apoia ambos e considera importante a independência funcional e administrativa das PGE's. Confira a entrevista.

Res Publica - Qual foi a trajetória profissional do senhor até chegar à presidência da OAB?

Ophir Cavalcante - Concluí meu curso de Direito em 1982, tendo me inscrito na OAB/PA em fevereiro de 1983, quando passei a exercer a advocacia como profissional liberal. Em 1985 prestei concurso público para advogado do BANPARÁ, mantendo meu escritório. Em 1988 assumi, depois de concurso público, o cargo de Procurador do Estado. Na OAB fui Conselheiro Seccional em 1991/1992 e depois Vice Presidente (1989/2000), Presidente (2001/2006), Diretor Tesoureiro do Conselho Federal (2007/2010)



e Presidente do Conselho Federal, cargo que hoje honrosamente ocupo.

RP - Como procurador do Estado, por favor, fale sobre a importância desta função nos Estados.

OC - A advocacia pública como um todo é fundamental para o controle prévio do ato administrativo, conferindo segurança ao gestor e protegendo a sociedade daqueles que não tem compromisso com a coisa pública. O Procurador do Estado exerce um papel imprescindível na defesa do Estado e da sociedade, sendo o seu maior compromisso preservar

tado e com isso fortalecendo a própria entidade. A Ordem, por seu turno, tem valorizado o advogado público compreendendo o seu papel dentro do Estado de Direito e zelando para que ele tenha respeitadas as suas prerrogativas profissionais, o que se tem sido exteriorizado, por exemplo, na luta pela independência e autonomia das Procuradorias; pelo direito à sucumbência; para que os advogados públicos não sejam vítimas de arbitrariedades de alguns membros do MP e Juizes que confundem o seu papel de defensores do Estado com os gestores, dentre outras.

RP - Tramitam na Câmara dos Deputados duas Propostas de Emenda à Constituição (443 e 452), que tratam da fixação da remuneração em nível nacional e da autonomia das PGE's, respectivamente. Qual o posicionamento da OAB sobre ambas?

OC - A Ordem apoia ambas. É necessário ao fortalecimento do Estado que as Procuradorias tenham autonomia funcional e administrativa a fim de evitar que fiquem ao sabor do humor dos Governantes sendo pressionadas para concordar com ilegalidades. Como corolário dessa independência, é óbvio que os Procuradores devem ter a proteção salarial como toda a categoria que integra as funções essenciais à Justiça.

a Constituição e os interesses maiores do povo que represente. É el advogado do Estado e não do Governante, por isso deve ter independência técnica e funcional para poder exercer a sua atividade.

RP - Qual o panorama atual do relacionamento entre advocacia pública e OAB? O que tem sido feito para valorizar cada vez mais esta classe essencial à justiça?

OC - A advocacia pública ocupou um espaço importantíssimo dentro da Ordem, sendo que os seus integrantes compõem Conselhos Seccionais, Federal, Caixas de Assistências, Comissões, levando a visão do advogado do Es-

RP - Minas Gerais, apesar de ser um dos maiores Estados brasileiros, também em arrecadação, está entre as três unidades da Federação que pior remuneram seus procuradores do Estado. O que o senhor tem a dizer sobre este preocupante quadro em Minas Gerais?

OC - É realmente preocupante. Os procuradores de Minas têm sido

importantes para a nova posição que o Estado passou a ocupar em nível nacional, seja pela defesa das teses jurídicas que sustentam os grandes investimentos e negócios do Estado, seja pela segurança que conferem aos interesses do Estado, devendo ser remunerados à altura desse trabalho.

RP - Em 2011, o Congresso Nacional dos Procuradores do Estado será realizado em Belo Horizonte. Evento este para o qual o senhor já foi oficialmente convidado. O senhor acredita em mudanças na carreira em Minas após a realização deste evento na capital?

OC - Tenho certeza que o evento em Minas será um marco na história da advocacia pública mineira, sendo o ponto de partida à valorização, pelo Estado, do trabalho desenvolvido pelos Procuradores. O Brasil inteiro e a OAB cobrarão isso e conhecendo a sensibilidade do Governador Antonio

Anastasia ele responderá afirmativamente a esse pleito estudando a melhor forma de remunerar, com dignidade, os Procuradores do Estado.

RP - Qual o posicionamento do senhor em relação ao pagamento de honorários sucumbenciais aos procuradores do Estado?

OC - A OAB é absolutamente favorável. Os honorários pertencem aos advogados e os Procuradores são advogados, não podendo, por isso, ficar a margem desse tipo de remuneração. Ao ser concedido esse direito, quem ganhará mais será a sociedade mineira porque os Procuradores se sentirão ainda mais motivados a recuperar os créditos do Estado, os quais serão transformados em obras e aplicados na saúde, segurança e educação.

RP - O senhor é a favor de que o procurador-geral (advogado-geral) seja integrante da carreira? Em Minas isto não é obrigatório.

Os procuradores têm sido importantes para a nova posição que Minas passou a ocupar, devendo ser remunerados à altura desse trabalho

gado-geral) seja integrante da carreira? Em Minas isto não é obrigatório.

OC - Somos a favor sim. Não se trata de zelar por critérios estritamente técnicos porque pode haver Procuradores Gerais competentes, mas se trata de buscar compromisso com a carreira e as causas da advocacia públicas. Em todos os Estados que isso acontece se vê uma Procuradoria mais técnica,

sem qualquer viés político e imune a pressões porque o seu principal dirigente é da carreira.

RP - Quais os principais problemas da advocacia brasileira atualmente e que a OAB tem feito para solucioná-los?

OC - A advocacia brasileira passa por um processo de crescimento cada vez maior com os milhares de advogados que anualmente chegam ao mercado de trabalho. Isso, por óbvio, confere à OAB um papel importantíssimo de fiscalização do exercício profissional ético; a defesa intransigente das prerrogativas e, sobretudo para ajudar na qualificação dos advogados. A advocacia só continuará gozando o respeito da sociedade se for exercida com ética e competência, por isso estamos investindo na educação à distância através das Escolas de Advocacia além de qualificar os advogados para o processo judicial eletrônico, dentre outras medidas.



Qual o valor da sua tranquilidade?

Com experiência e conhecimento a Classic Seguros cuida do seu bem mais precioso: as pessoas que você ama!

Os associados da APEMINAS agora podem contar com um seguro de vida personalizado e com condições especiais. Visite nosso site ou entre em contato com nossos consultores.

www.classicseguros.com.br
@ClassicSeguros
31 - 3271 0632



Força de Mobilização



O ex-presidente, Gustavo Chaves Carreira Machado e o atual vice, Jaime Nápoles em conversa com o governador Antonio Augusto Anastasia



Procuradores comparecem à Assembleia de Minas para acompanhar votação de Projeto de interesse da classe



Acompanhamento de votação das propostas no Legislativo foi uma constante na mobilização



Engano: em 2010, jornal coloca procuradores do Estado em primeiro lugar na pirâmide de salários



Em 2009, procuradores do Estado vão ao Gabinete da Vice-Governadoria para entregar ofício a Antonio Augusto Anastasia



O ex-presidente, Gustavo Chaves Carreira Machado e o então diretor de comunicação, Jaime Nápoles em entrevista para o jornal Hoje em Dia



Em 2009, indignados, procuradores do Estado vão até o gabinete do então secretário do Planejamento, Danilo de Castro



Assembleia cria o Movimento Permanente pelo Resgate da Advocacia Pública Mineira



O presidente da APEMINAS, João Lúcio Martins Pinto entrega ao presidente da OAB, Ophir Cavalcante, o convite do XXXVII Congresso Nacional de Procuradores



O conselheiro da OAB/MG e procurador do Estado, Daniel Cateb, o controlador-geral do Estado, Moacyr Lobato e João Lúcio Martins, em foto com Ophir Cavalcante



Diretores da APEMINAS da última gestão vão à AGE sensibilizar os chefes a participarem da mobilização em prol de melhores dias para a carreira



Em 2010, comitiva mineira durante o XXXVI Congresso Nacional de Procuradores do Estado, quando Belo Horizonte foi escolhida sede para 2011

Artigo

Condições mínimas para exercer a advocacia pública



CÉLIA CUNHA MELLO
Procuradora do
Estado de Minas
Gerais e presidente
da Comissão de
Advocacia Pública
Estadual da OAB/MG

Advocacia Pública Estadual e o princípio da eficiência. Estrutura física, tecnológica e administrativa necessárias. Ausência de política remuneratória na carreira. Análise crítica.

A regra constitucional é clara ao estabelecer que “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

A eficiência, no âmbito das funções afetadas à Advocacia Pública estadual, pressupõe que o Estado forneça, aos profissionais que abraçam esta carreira, estruturas física, tecnológica e administrativa necessárias ao pronto atendimento dos interesses da pessoa jurídica de direito público que deve ser representada judicial e extrajudicialmente, atendendo os clamores da sociedade, com o fito de alcançar o bem comum, no sentido mais amplo que essa expressão comporta.

É certo que o nível excelente dos serviços prestados, decorre da vocação, do esforço pessoal e do comprometimento profissional dos procuradores e, ainda conta com a dedicação abnegada dos funcionários que integram o setor administrativo deste órgão, alguns de forma terceirizada, despidos de treinamento e formação adequados. A despeito de tais esforços, em Minas Gerais, um dos maiores Estados da Federação em arrecadação tributária e força política, a Advocacia Pública experimenta dificuldades incompatíveis com o status que o ente político representado dispõe em âmbito nacional, consubstanciado na falta de um tratamento adequado aos membros da carreira.

Pelo espectro remuneratório, para dizer o mínimo, é difícil compreender a disparidade abissal que nos separa, por exemplo, do tratamento afetado ao Ministério Público do próprio Estado de Minas Gerais. Não raras vezes o Ministério Público, até mesmo por força das atribuições funcionais que lhe foram asseguradas no ordenamento jurídico pátrio, ocupa o pólo ativo de demandas ajuizadas contra o ente estatal; nestes casos, recai exatamente sobre a Advocacia Estadual a missão de promover sua defesa, dando ao Governo maior credibilidade e segurança na prestação da atividade administrativa e no atendimento ao interesse público.

Ampliando a comparação para além das montanhas mineiras, é certo que foi encaminhado, reiteradamente, ao Poder Executivo, um estudo que revela que Minas Gerais ostenta, ainda hoje, o título de uma das piores

políticas remuneratórias da carreira de Procuradores Estaduais, ainda sem uma resposta adequada e/ou minimamente satisfatória. Essa realidade tem impedido que a AGE/MG mantenha, em seus quadros, profissionais qualificados e verdadeiramente vocacionados para o exercício da advocacia pública, os quais rapidamente migram para carreiras jurídicas mais valorizadas. Com relação aos que, por motivos pessoais ou familiares, permanecem na Advocacia Pública mineira, cada vez mais, assistimos colegas assolados por sentimentos de menosvalia e de submissão, inteiramente incompatíveis com a altivez essencial à defesa eficiente dos interesses públicos estaduais.

Além da insatisfação remuneratória, frise-se o excesso de serviço afetado a cada procurador individualmente, as particularidades para o gozo de férias (simples ou premiais), licença maternidade e outros tipos de afastamento. O afastamento do Procurador, a qualquer título, não suspende o curso dos prazos processuais e a AGE/MG não conta com profissionais suficientes em seu quadro para fazer face à demanda em casos de substituição, sem que isso implique numa sobre-carga de trabalho avassaladora. Impõe-se, então, verdadeira punição para o colega escalado para a substituição, circunstância que potencializa o risco de erro e/ou de uma atuação abaixo dos níveis desejados. E mais, o aumento de trabalho do profissional que ‘cobre o afastamento do colega’ não repercute positivamente em sua remuneração, como ocorre na maioria das carreiras jurídicas.

Noutro giro, o número de estagiários não atende a demanda crescente da entidade e as bolsas pagas são muito inferiores aos valores praticados na iniciativa privada – o que promove a evasão prematura dos estagiários. A ausência de concurso público e de carreira para os servidores administrativos implica uma descontinuidade e uma ‘falta de memória’ institucional, que, não raro, coloca o Procurador vulnerável relativamente aos arquivos materiais e tecnológicos.

No interior do Estado, a grande maioria das Regionais experimenta dificuldades superiores às referidas ‘in retro’, eis que dotadas de estrutura administrativa, pessoal e tecnológica mais precária do que a verificada na Capital do Estado.

Mas o problema mais grave, considerando a carreira propriamente dita, reside na aposentadoria. Aquele que se aposenta, por invalidez ou por tempo de serviço, sofre, exatamente no momento que espera apoio e reconhecimento do Estado por ele representado durante os anos de serviços prestados, uma redução remuneratória tão radical, que se vê obrigado a continuar trabalhando, e/ou fica sujeito a contar com a ajuda financeira de familiares, para manter, minimamente, o padrão de vida que possuía na atividade. Trata-se de um tratamento previdenciário perverso, que aniquila a dignidade do procurador no momento de fragilidade, seja pela invalidez, seja pela idade avançada, respectivamente.

Todos estes aspectos culminam por comprometer a saúde dos procuradores, que, até mesmo nesta seara, encontram-se desamparados. Com efeito, ultrapassados os primeiros 30 (trinta) dias de afastamento, por motivo de doença, a remuneração do procurador sofre significativa redução com o não pagamento da parcela referente à verba honorária, exceto quando o Conselho Superior da AGE/MG, discricionariamente, o autoriza. A vulnerabilidade do profissional está, nesta porfia, exposta, de forma tão evidente, que dispensa maiores considerações.

Não são ignoradas as dificuldades orçamentárias enfrentadas pelo atual Governo Estadual. Entretanto, essa dificuldade não impede que o Poder Executivo encontre recursos para a concessão de aumento remuneratório para categorias de servidores que, pelo percentual aplicado e/ou pelo número de servidores atingidos, promove um impacto na folha de pagamento muito superior ao que ocorreria em se tratando da categoria de procuradores estaduais. É nítida, com o devido respeito, a falta de vontade política de se resolver, em definitivo, essa questão, cuja solução se arrasta há muitos anos, sendo transferida de um governo para outro.

O teor deste verdadeiro desabafo, conquanto possa ser interpretado como uma posição rude ou até sugerir algum tipo de insubordinação, vem, primeiro, da necessidade de explicitar ao atual Governo o sentimento geral de uma classe, que espera há anos por uma solução, muitas vezes prometida, mas jamais cumprida. De outro lado, a formação profissional e acadêmica do excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Minas Gerais, e dos principais agentes políticos que o cercam e assessoram, encoraja essa manifestação, de forma tão explícita e contundente, a propósito do inconformismo da classe com o tratamento que lhe vem sendo dispensado. De fato, estamos diante de um Governo capaz de expurgar conotações políticas que eventualmente possam ser emprestadas a este pleito, para identificar o aspecto eminentemente técnico e justo da presente pretensão.

Com efeito, por óbvio, justamente o Governo não pode exigir que, à relação de poder e de competência travada no âmbito judicial, contencioso e não contencioso, compareça, representando o Estado de Minas Gerais, o advogado público, expondo-se num campo de batalha em que todos os demais partícipes se apresentam blindados profissionalmente.

É cediço que a confiança é erigida como elemento essencial à representação judicial e extrajudicial. Exatamente fundados neste elemento subjetivo, os procuradores do estado confiam que, além de se mostrar sensível ao problema da inadequação do tratamento afetado à carreira, serão adotadas pelo atual Governo soluções concretas para a resolução desta questão, com a finalidade de assegurar à sociedade uma representação eficiente de todas as complexas funções afetadas à Advocacia Pública do Estado.

Mídia de Classe

A expectativa da Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais (APEMINAS) em uma boa proposta por parte do Governo do Estado também se refletiu na campanha publicitária do XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado, que acontece em Belo Horizonte, de 27 a 30 de setembro. Foram utilizadas mídias em backbus, rádio (CBN) e outdoors e, nestas últimas duas, o momento da virada da carreira foi destacado com as frases “Marco de uma nova era para a advocacia pública de Minas Gerais” e “Novos tempos para a advocacia pública”. O objetivo foi chamar atenção para o fato do evento na capital mineira ser um marco na valorização da carreira dos procuradores e do fortalecimento da ad-

vocacia de Estado. Para o presidente da APEMINAS, João Lúcio Martins Pinto, a última campanha seguiu a linha adotada em todas as outras, em busca de reiterar a confiança no poder de mobilização da classe e não em um posicionamento de ruptura com o Executivo. “Queremos resolver isso da melhor maneira possível, sem estabelecer um conflito entre procuradores de Estado e Governo”, pondera.

Investir em divulgações publicitárias é uma das frentes adotadas pela APEMINAS para sensibilizar sociedade e Governo sobre a importância da atuação dos procuradores do Estado. Para isso, os filiados contribuem mensalmente e, assim, os custos das campanhas são subsidiados.

O vice-presidente, Jaime Nápoles Villela destaca que, ao contrário de outras classes que reivindicam melhorias salariais junto ao Governo, os procuradores de Estado tem evitado o confronto. “Cada categoria escolhe uma forma de negociar, mas entendo que há a confiança de que o governador tome uma medida até o Congresso. Temos evitado falar em greve, paralisações e veiculação de campanhas mais incisivas e acreditamos que este ponto não chegará. A sinalização é realmente de que até o dia 27 de setembro algo acontece”, frisa.

A primeira campanha desenvolvida pela APEMINAS teve o slogan “Defendendo Minas, Defendemos Você” e informou a sociedade sobre as importantes funções do procurador do Estado. Nesta linha, outra

veiculação chamou a atenção para a necessidade de se respeitar as prerrogativas do cargo sob o slogan “Na defesa do Estado é o procurador quem veste a camisa”.

Na página oficial da APEMINAS, www.apeminas.org.br, está disponível a gravação do spot e os outdoors se encontram afixados em cinco pontos estratégicos da capital mineira. São eles: Avenida Amazonas com Francisco Sá; Avenida Cristiano Machado, 8944, sentido Aeroporto de Confins; Avenida Professor Mário Werneck, 1903, sentido Uni-BH; Avenida Raja Gabaglia, 2100 – próximo à Concessionária Automax e Rodovia MG10, Km 13,5, sentido Centro Administrativo. Os horários de veiculação na CBN são de 12 às 14h e de 17h às 19.

Mural da APEMINAS

CONFIANÇA

Este o sentimento externado pela classe na Assembleia realizada no último dia 19 de agosto, que enxerga que não há momento mais propício para que o governo demonstre a vontade de resolver de vez as questões remuneratórias que tanto afligem a classe.

EXPECTATIVA

É grande a expectativa dos presidentes das Associações Estaduais de Procuradores do Estado de todo o país no sentido que o XXVII Congresso Nacional seja o momento definitivo para que Minas Gerais integre o grupo dos estados que conferem o tratamento constitucional adequado a seus procuradores. É senso comum que a consolidação do fortalecimento nacional da carreira esbarra na disparatada realidade remuneratória dos procuradores do 3º estado mais rico da federação e, que, já há alguns anos, cresce mais do que média nacional.

EXPECTATIVA I

É grande a expectativa em relação à conferência de Jorge Miranda, a se realizar no dia 27 de setembro, no XXVII Congresso Nacional de Procuradores do Estado. O professor catedrático da Universidade de Lisboa dispensa apresentações. Tido como o pai da Constituição portuguesa, da qual foi parlamentar constituinte, o célebre constitucionalista detém profundas relações com o Brasil, país que conhece melhor do que muitos brasileiros. Ele dissertará sobre o tema “Os novos paradigmas do Estado Social”. Simplesmente imperdível.

PROCURA

Aliás, a qualidade científica do evento pode ser atestada pela in-

tensa procura de integrantes de outras carreiras jurídicas, bem como de acadêmicos de Direito. Foi com pesar que a organização do Congresso teve que declinar inúmeros pedidos de inscrição daqueles que não são procuradores de Estado, uma vez que o Congresso é destinado exclusivamente a estes.

ESTRUTURA I

No ano passado, com o fim da Legislatura, o Projeto de Lei nº. 4771/2010, que institui no âmbito da AGE, programa de residência jurídica, buscando proporcionar a bachareis em direito o conhecimento prático das atividades jurídicas exercidas na AGE e nos demais órgãos a ela tecnicamente subordinados, foi arquivado. Tal projeto busca amenizar um pouco a falta de pessoal de apoio administrativo. Até o presente momento, ele ainda não foi reapresentado.

VOCÊ VIU?

No Programa “Iluminuras”, da TV Justiça, no quadro “Encontro com Autor”, o nosso colega, Procurador do Estado de Minas Gerais, Paulo Daniel Sena Almeida Peixoto, foi entrevistado pela jornalista Carolina Sette sobre seu livro: “A Tutela Sucessória dos Companheiros: uma visão civil-constitucional.” Segundo o editor Plácido Arraes, o livro do nosso colega encontra-se em segundo lugar em vendas de livros da Editora Arraes. O programa foi ao ar na TV Justiça e está no YouTube. Para baixar o vídeo deste programa, basta acessar www.youtube.com/programailuminuras.

SORTEIO ANAPE

A ANAPE realizará sorteio de cinco vagas, com custeio de inscrição e

hospedagem, para XXI Conferência Nacional de Advogados, promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil, em Curitiba, de 20 a 24 de novembro. As inscrições vão até o dia 26 de setembro, sendo o sorteio realizado no dia 29 do mesmo mês, durante o XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado. Os participantes devem estar adimplentes com a entidade e terem realizado recadastramento. Para se inscrever envie e-mail para administrativo@anape.org.br.

PRÊMIO

A ANAPE criou o prêmio “Congressista Participativo” que será concedido ao procurador associado que tenha efetivamente comparecido ao maior número de Congressos Nacionais da Carreira, em todas as suas edições. As inscrições vão até o dia 16 de setembro e o ganhador receberá placa e um delicado regalo, durante a realização da Assembleia Ordinária, em 30 de setembro no XXXVII Congresso Nacional. O objetivo é certificar o reconhecimento de toda a classe. Para se inscrever, o associado deve enviar e-mail para administrativo@anape.org.br.

ESTRUTURA DIGNA

Os representantes das Associações Estaduais de quase todo o país que compareceram, no último dia 28 de julho, à inauguração da nova sede da APERJ tiveram a oportunidade de constatar o alto nível da infraestrutura de que goza a Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro. A nova sede, situada no coração do belo centro da cidade, é o retrato de uma advocacia pública respeitada, exemplo para os demais Estados da Federação. Não é raro encontrar juizes e promotores de justiça nas listas de candidatos dos últimos concursos para procurador do Estado do Rio de Janeiro.



XXXVII CONGRESSO NACIONAL DE PROCURADORES DE ESTADO

ADVOCACIA PÚBLICA, EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA
E RESULTADOS SOCIAIS

Novos tempos para a Advocacia Pública

27 a 30 de setembro de 2011

Informações: www.apeminas.org.br

Realização e Promoção



Participação

Patrocínio Master



Patrocínio Bronze



Apoio



Apoio Institucional



Organização



Mini-entrevista: Elival da Silva Ramos, procurador-geral do Estado de São Paulo

“A remuneração é importante para que a Advocacia Pública cumpra sua missão”

O tratamento constitucional adequado à importância da classe de procuradores do Estado já é realidade na maioria do Brasil. Em São Paulo, o próximo passo a ser dado é a equiparação com o Ministério Público e Magistratura, o que está perto de acontecer. Com um número razoável de procuradores em seus quadros e boa estrutura física, a Procuradoria Geral do Estado serve de bom exemplo para o resto do país. O *Res Publica* realizou breve entrevista com o procurador-geral, Elival da Silva Ramos, que está no cargo desde o início do mandato do governador, Geraldo Alckmin. Ele será um dos palestrantes do XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado, em Belo Horizonte, quando profere palestra sobre “Judicialização: o papel preventivo da advocacia pública”, no último dia de evento.

Em suas respostas, Elival destaca a nomeação obrigatória do advogado-geral da carreira, a necessária política remuneratória delineada a equiparar os vencimentos da advocacia pública aos da Magistratura e Ministério Público e a boa relação entre a PGE-SP e a Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo.

Res Publica - Como o senhor enxerga a questão da obrigatoriedade do advogado-geral (procurador-geral) ser integrante da carreira? Em Minas, apesar do advogado-geral ser procurador, não existe a exigência, pois a lei menciona a palavra “preferencialmente”.

Elival da Silva Ramos - A meu ver, o melhor modelo de organização da Advocacia Pública Estadual é o que estabelece na Constituição do Estado a exigência de que o Procurador Geral seja, necessariamente, integrante da carreira, porém escolhido em comissão pelo Governador, sem estar adstrito a um mandato. Com isso, preserva-se a relação de confiança



que deve existir entre o Procurador Geral e o Governador, sem descurar do elemento técnico-institucional.

RP - Em relação à estrutura da PGE-SP. Qual a situação da Procuradoria Paulista atualmente? Sede, quadro de procuradores, estrutura de trabalho etc. O que é importante destacar?

ESR - A PGE/SP possui atualmente uma boa estrutura, tanto em termos de instalações físicas e de equipamentos, quanto em termos de informatização e de número de Procuradores. Há alguma deficiência quantitativa no quadro de servidores administrativos, razão pela qual, nesse início de governo, obtivemos a transferência de 250 cargos de Oficial Administrativo para o Quadro da PGE, que serão brevemente postos em concurso, já devidamente autorizado pelo Governador. Remanescerá a

questão do apoio técnico à atuação jurídica do Procurador, que demandará a criação de carreira de apoio para os setores de cálculos judiciais, informática e tecnologia da informação e engenharia.

RP - Minas, apesar de figurar entre os principais estados do Brasil em arrecadação, é um dos que pior remunera seus procuradores. Qual a opinião do senhor em relação a isso?

ESR - A remuneração dos Procuradores é um elemento importante para que a Advocacia Pública possa bem cumprir a sua missão. O importante é que haja uma política consistente, conduzida pelo Procurador Geral, apoiado pela carreira, e bem aceita pelo governo, de melhoria progressiva, até que se atinja um bom patamar estipendiário, em consonância com as demais carreiras jurídicas estaduais. No caso

de São Paulo, é o que ocorre atualmente, estando delineadas todas as condições para que, em futuro próximo, possa a estrutura remuneratória ser definitivamente ajustada à da magistratura e do Ministério Público.

RP - Como é a relação entre a PGE-SP e a APESP?

ERS - Acredito, na minha percepção, que a relação entre a PGE-SP e a APESP esteja muito próxima do modelo ideal, em que são preservadas as competências e diferenças de natureza que existem entre um órgão público e uma entidade privada de perfil corporativo, porém mantendo-se um diálogo constante no sentido de buscar a convergência entre o interesse público e o interesse classista. Não há nenhuma subordinação, de lado a lado, mas há o respeito recíproco e a certeza de que existem muitos pontos em comum na atuação da PGE e da APESP.

RP - Qual a expectativa do senhor para o XXXVII Congresso Nacional dos Procuradores do Estado, evento no qual proferirá palestra?

ERS - A minha expectativa é a melhor possível em relação ao evento, para o qual tive a honra de ser convidado, na condição de Professor de Direito Constitucional e Procurador Geral do Estado, para proferir palestra sobre a atuação preventiva da Advocacia Pública. A PGE/SP também participará do XXXVII Congresso por meio de inúmeros Procuradores que, voluntariamente, estão se inscrevendo, alguns com a apresentação de comunicação (tese), havendo sempre algum tipo de subsídio pelo Centro de Estudos da PGE aos que solicitarem o benefício.